

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO LIVRE PÚBLICO: LAGO IGAPÓ EM LONDRINA-PR

Carlos Alexandre De Bortolo¹
Tânia Maria Fresca²

Resumo

A realidade atual concernente às cidades apresenta, aos pesquisadores, muitas questões, entre as quais algumas parecem-nos relevantes: os processos de urbanização e de produção do espaço urbano e as diversas formas de se apropriar dos espaços públicos. Este trabalho pretende problematizar as inter-relações entre as questões a partir do estudo de caso do Lago Igapó na cidade de Londrina-PR. No estudo aqui proposto, o recorte territorial é o da cidade de Londrina- PR. Desta forma, procurar-se-á colaborar para o debate sobre as articulações entre a produção e apropriação do espaço urbano, particularmente deste espaço público, procurando analisar e compreender o processo de valoração do uso do solo urbano em um espaço público onde se predomina a construção de residências de alto poder aquisitivo. Sendo assim, esta relação de espaço público com o privado, modifica, altera as inúmeras formas de apropriação e usos do espaço estudado? Destarte, pretendemos “olhar” para o papel dos agentes sociais urbanos no processo de reprodução espacial. São pontos nodais da pesquisa: as diversas formas de apropriação do espaço urbano por distintos agentes sociais; e seus diferentes significados para a população Londrinense; o consumo do espaço público e no espaço público do Lago Igapó, a busca de uma melhor “qualidade de vida”.

Palavras chave: Produção do espaço urbano; Apropriação; Usos; Formas.

¹ Licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista – FCT- UNESP; Mestre em Geografia Dinâmica Espaço – Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – Paraná - Brasil. Atualmente doutorando em Geografia do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – Brasil. E-mail: bortologeo@yahoo.com.br

² Orientadora e Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL e colaboradora do Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, UEM.

Abstract

The current situation concerning the city presents to researchers, many issues, some of which appear to be relevant: the processes of urbanization and the production of urban space, the various forms of ownership of public spaces. This paper aims to problematise the relationship between the issues from the case study of Lake Igapó in the city of Londrina-PR. In the research proposed here, the clipping area is the city of Londrina-PR. Thus, it will seek to collaborate when discussing links between production and appropriation of urban space, particularly of public space, seeking to explore and understand the process of evaluating the use of urban land in a public space where the predominant construction of homes with high purchasing power. Thus, the relationship of public space with private, modifies, amends the many forms of ownership and uses of the area studied? Thus, we "look" for the role of urban social space in the process of reproduction. Nodal points of research are: the various forms of appropriation of urban space by different social agents and their different meanings for people Londrinense, the consumption of public space and public space in the Lago Igapó, the search for a better quality of life.

Key Words: Production of urban space, Ownership, Uses, Methods

Abordando o tema: uma introdução para a reflexão

As cidades apresentam atualmente, muitas indagações, entre as quais algumas nos parecem muito pertinentes sobre o processo de produção dos espaços urbanos na atualidade. Tais processos de urbanização e de produção do espaço urbano têm gerado novos modos de se vivência e habitat, como novos espaços de uso coletivo, os *shoppings centers* e alguns espaços livres públicos. Destarte, a situação na qual se encontram os espaços públicos, que têm passado pela degradação, pela falta de manutenção e de políticas específicas e, conseqüentemente, pelo abandono por uma parcela da sociedade.

Observando os aspectos abordados, procuraremos aqui avaliar o espaço público do Lago Igapó que se apresenta, na contra mão dos casos de desvalorização e abandono destas áreas, sendo assim, como um exemplo diferenciador ou uma exceção à tendência dessa desvalorização dos espaços públicos, analisando que tal espaço se caracteriza por

uso intenso e diversificado, quanto aos segmentos sociais e faixas etárias de seus usuários, e as atividades nele exercitadas.

Ao atentarmos um recorte analítico e específico sobre a urbanização brasileira, podemos analisar as diversas possibilidades de apropriação do espaço urbano, oriundas de práticas socioespaciais e da produção do espaço urbano em seu sentido lato.

Com a consolidação de determinadas práticas socioespaciais nas diversas cidades brasileiras, evidenciam-se maneiras conspícuas, integrantes e até mesmo antagônicas de apropriação, resultantes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelo espaço das relações de poder econômico, político, social e cultural.

A proposta deste ensaio está em analisar: o processo de produção e apropriação do espaço livre público do lago Igapó pelos frequentadores e seu perfil; a visão e as ações do poder público municipal sobre esta área; a constituição de uma centralidade com conteúdo lúdico e ideológico. A busca de se entender, como se deu a apropriação e a venda do solo urbano nesta área e qual a relação do público com o privado. Desta forma, suscitam-se questões atinentes a: produção do espaço urbano; apropriação do espaço urbano, suas diferentes formas de usos empreendidas neste espaço público da cidade de Londrina-PR.

CALLAI (1993) analisa a produção da (re) criação de alguns espaços produzidos que são compostos pelo indivíduo e a mesma autora elucida que:

[...] o homem, com a sua consciência de que pode alterar o seu espaço, tende a se diferenciar dos outros animais, ao construir e modificar seu espaço, o ser humano torna-o cada vez mais adequado as suas exigências, sendo assim, o homem apropria-se da natureza construindo e (re) produzindo novos espaços (CALLAI; 1993 p.47).

Destarte, a produção do espaço geográfico não deve ser somente entendida pela maneira como as pessoas requerem e têm acesso a esses inúmeros equipamentos e serviços públicos, mas por uma enormidade de fatores, agentes e atores sociais que acabam por se materializar ou se ocultar na paisagem e no espaço urbano construído no cotidiano.

Alvitramos, assim, uma análise das diferentes dinâmicas socioespaciais de usos, apropriação do espaço, apoiando-nos no valor de uso, no valor de troca e também na teoria do uso do solo urbano apresentada por David Harvey (1980), para

compreendermos as relações estabelecidas no Lago Igapó que implicam em dimensões distintas de apropriação daquela porção da cidade por segmentos e agentes sociais “distintos”. Outrossim, buscamos refletir acerca das características dos frequentadores deste espaço, tais como renda, escolaridade, faixa etária, motivo e frequência das visitas, possíveis representações construídas a partir do espaço utilizado e outras que se mostrem relevantes a partir das primeiras pesquisas de campo, como também buscar entender como se deu a apropriação do solo urbano desta área.

Assim, elegemos como tema central de nossa investigação a utilização deste espaço livre público, evidenciando a necessidade de entendimento deste espaço urbano a partir das relações sociais que o produziram e o reproduzem. Tivemos desta maneira, o objetivo de compreender a lógica e os mecanismos que movem o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Londrina, tomando como recorte o Lago Igapó, compreendendo a existência de distintos agentes de produção do espaço.

Este ensaio se propõe analisar o Lago Igapó, situado no município de Londrina-PR – Brasil, a partir da investigação tanto das práticas sócioespaciais nele estabelecidas e da relação entre a configuração espacial dos espaços públicos, como também, na busca de analisar as inúmeras formas de produção e apropriação do espaço urbano evidenciado no Lago Igapó.

No presente estudo, tem-se a pretensão de levantar as impressões dos usuários quanto ao Lago Igapó, quais as percepções mais comuns entre eles, o perfil dos usuários e os usos estabelecidos no Lago. Junto a isso, também buscamos analisar o processo de apropriação que se deu neste espaço público pelos grandes empreendimentos privados, sendo eles casas, edifícios, etc; para com isso, analisar as diversas formas de apropriação do espaço público pelo privado. Contribuindo assim, para o debate acerca da produção do espaço urbana no período atual, com foco na realidade urbana brasileira.

Contribuir também, para o debate sobre os espaços públicos, suas formas de apropriação pela população, a relação com suas configurações espaciais, as formas de gestão deste espaço e também vislumbrar sobre as diferentes formas de uso do solo urbano nos espaços livres públicos.

Buscou-se conjecturar sobre a procedência das pessoas que se utilizam do Lago Igapó como um lugar de lazer e aquelas que se utilizam dessa área como passagem, ao se deslocar pela cidade, questionando-se de onde elas vêm e se há frequência e

constância nessas presenças e compreender quais são os motivos que levam a população a utilizar o Lago Igapó. Se existe uma relação com a busca de uma melhor “qualidade de vida”. Como também identificar a forma como o usuário apropria-se desse espaço.

A cidade e sua produção

Nos principais estudos sobre a cidade, muito se tem discutido e escrito a respeito dos inúmeros agentes produtores do espaço urbano. Tomando como referenciais Harvey (1980), Capel (1974) e Corrêa (1989), agrupamos esses agentes produtores da seguinte forma: proprietários fundiários, proprietários rentistas, proprietários usuários da moradia, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e o Estado.

É proeminente compreender, ainda, como esse espaço vem sendo, e é produzido na atualidade, e como sua reprodução se territorializa no espaço produzido socialmente.

Destarte, observa-se que a localização, o comércio, a disposição de alguns serviços e suas diversas formas de uso do solo, desdobram-se em inúmeras preocupações com a estrutura urbana, não nos esquecendo da importância das articulações das ações dos diversos agentes.

Considerando que a configuração espacial urbana não se dá ao acaso, mas é fruto das intervenções, dos arranjos e das possibilidades criadas, recriadas pelos diferentes agentes, essa realidade nos aponta para a necessidade de pensarmos as dinâmicas de produção, seus agentes produtores e as práticas que redefinem esse espaço, dando-lhe forma e conteúdo.

Refletir e pensar acerca da produção do espaço urbano e como estão sendo engendradas as ações de natureza social, política, econômica ou ideológica, leva-nos a realizar um processo de retomada de análise perante a situação de como o lugar se realiza como materialidade e, dessa forma, compreender o Lago Igapó, sendo esta, área de uso e consumo do espaço na forma de apropriação tanto privada como pública, realizando-se desta forma a apropriação diferenciada e seletiva da área enquanto localização de imóveis e também, enquanto espaço de lazer.

O processo de produção da cidade está dialeticamente imbricado na relação entre as práticas materiais e as ações no movimento da sociedade em seu cotidiano. Sendo assim, devemos partir para uma análise que considere a cidade e suas particularidades

como um local de ação de diferentes agentes, contudo, não podemos deixar de considerar os conteúdos presentes nestes espaços, ou seja, o consumo, a venda, os usos e as ações.

Santos (1982), ao analisar o espaço urbano, empreende recortes e escalas de interpretação para diferentes realidades e, portanto, o espaço urbano poderia ser entendido como uma “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas reais ou criadas de toda população” (SANTOS, 1982, p. 71).

Deixando, assim, claro que todo o agente que frequenta ou até mesmo só passa ao Lago em um determinado horário do dia, acaba por fazer parte da produção, apropriação e utilização deste espaço urbano, pois acaba por emitir suas necessidades e características.

Espaços livres públicos, a cidade e o urbano

O espaço livre público é considerado parte integrante da existência da história, da política e da vida social nos espaços urbanos das cidades. Nele conseguimos observar a interação da sociedade e, conseqüentemente, sua própria estruturação enquanto espaços de sociabilidade e áreas produzidas por estas ações.

O espaço livre público vêm sendo muito pesquisado e refletido perante inúmeras ciências no limiar do século atual. Desde a Antiguidade, seus papéis e, conseqüentemente, sua apreensão pela sociedade que o engendra e dele usufrui, passou por várias transformações, seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública transformou-se. Sobarzo (2006) se posiciona contrário à suposta morte do espaço público e alerta para a transformação do mesmo.

Para este autor, apesar das transformações ocorridas na relação entre as esferas pública e privada, a esfera privada continua com o mesmo sentido, contudo, com conteúdo e fronteiras diferentes.

A ascensão da burguesia é um fator determinante para se compreender as mudanças ocorridas. Com ela, uma nova noção de esfera pública emergiu, pois passou a ser formada por indivíduos privados que se reúnem para formar um público. Algumas características da sociedade capitalista – tais como a alfabetização, a imprensa livre e o estímulo à reflexão crítica, contribuíram para a emergência desta esfera pública, que

introduz a participação política e a relação entre Estado e Sociedade (HABERMAS, 1984).

Pode-se considerar que os passeios, alamedas, avenidas, parques e lagos nascem da necessidade da burguesia em ter um lugar para se apresentar e se encontrar consigo mesma. Borja (2006) relaciona este fato com o início do desenvolvimento de políticas de espaço público nas cidades européias, no final do século XIX, políticas estas de embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

Sobarzo (2006) alerta que o espaço livre público atual é “herdeiro da Modernidade” e concorda com Caldeira (2000) quando a autora ressalta que esse espaço carrega os traços do ideal moderno da vida pública urbana como: “ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc” (SOBARZO, 2006, p. 94).

O acesso democrático ao espaço livre público sempre foi questão de debate; espaço este que pode ser uma rua, uma praça, um parque, um edifício; pode ter várias configurações e finalidades – lazer, esporte, debate político. O espaço público pode, portanto, ser pensado como plural e condensador do vínculo entre a sociedade, o território e a política.

Para entender a transformação do espaço livre público é importante entender a sua característica de “possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais” que favorecem que as pessoas compartilhem o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente (SOBARZO, 2006, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, sob normas impessoais.

Atualmente, existe uma discussão latente acerca dos espaços livres públicos, suas formas, seus usos, as relações neles estabelecidas, que acusam o crescente abandono destes, por parcelas da sociedade. Essa tendência gera seu esvaziamento e se associa à falta de atenção, cada vez maior, por parte do Poder Público, à privatização de parte deles, a falta de qualidade ambiental, à ocorrência de atos violentos nestes locais, enfim, trata-se da mudança de seus papéis e de seus conteúdos para a sociedade.

Lipai (2006) argumenta que, nos dias atuais, o espaço livre público, principalmente nas metrópoles, tem assumido características de espaço de passagem e

raramente de convivência e lazer para os habitantes da cidade. Isso pode ser relacionado com as novas temporalidades e espacialidades presentes e vividas nessas cidades.

As novas práticas e políticas urbanas de produção do espaço urbano, estabelecidas pelo modo capitalista de produção, por seus sistemas de acumulação, contextualizados no período atual de mundialização da economia e de globalização da sociedade, geram a tendência ao processo chamado de urbanização difusa. Esse processo gera territórios desconexos e descontínuos, bem como a implantação de espaços segmentados social e funcionalmente, tendo como consequência a dificuldade de se apreender a cidade como um todo e, conseqüentemente, a dificuldade de apropriação dela pela sociedade. Surgem, então, novos empreendimentos imobiliários com finalidade residencial, como os loteamentos fechados, bem como novos espaços de uso coletivo, tal como os *shoppings centers*, parques, lagos e assim, conformando novos *habitats* urbanos, base de novas formas de produção, consumo e apropriação do espaço urbano.

Nesse sentido, Sobarzo (2006), baseando-se em Lefebvre (1976), considera o espaço como um produto vinculado com a reprodução das relações sociais de produção e analisa o espaço público como um “produto e um possibilitador das relações sociais” (SOBARZO, 2006, p. 95), ou seja, entende a produção do espaço como a reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais.

O autor ressalta ainda que há retomada da valorização do espaço público voltado ao encontro de pessoas e culturas diversas nas cidades européias, por meio de grandes obras de requalificação e arquitetura, para se inserirem no conceito de cidade espetáculo. Daí a recuperação, nestas cidades, de suas identidades históricas e a criação de novos ícones arquitetônicos bem como de grandes parques arborizados. São as chamadas obras de revitalização e gentrificação.

No caso do Brasil há de se considerar os problemas econômicos, sociais e políticos, que interferem na constituição espacial de nossas cidades e na própria existência de espaços livres públicos e seu uso tímido. Ressalta a quase inexistência de políticas públicas destinadas à criação de “projetos urbanísticos voltados à melhoria e à criação de novos espaços livres públicos” e o fato de as raras intervenções e construções de praças e/ou parques geralmente estarem ligadas às propagandas eleitorais de candidatos.

A reflexão deve considerar, sem dúvida, a realidade da qualidade dos espaços livres públicos nos países da América Latina, em que a fome, a pobreza, a violência e a corrupção são símbolos da história. Nesta conjuntura, tais elementos da vida cultural brasileira como – carnaval, música, solidariedade no morro, resistência, mestiçagem, coletivismo, emoção – e a configuração da vida política – corrupção, vazio institucional entre família e Estado, autoritarismo, violência – mostram-se contraditórios.

Em seu estudo, Borja (2006) elucida alguns elementos para se pensar o espaço livre público, tais como: a necessidade de se ter a opinião dos agentes sociais; os altos custos de manutenção desses espaços e a busca de parcerias com o setor privado; o fato de que o aumento da qualidade gera mais conflitos; e por fim, a avaliação posterior dos espaços livres públicos, para que se possam apurar os motivos tanto do sucesso quanto do insucesso das políticas desenvolvidas para se entender porque se deteriorou tão rapidamente, por que não tem utilização, por que foram apropriados por determinado coletivo, etc.

As diferentes dinâmicas sociais que se mostram presentes nestes espaços implicam na diversidade da forma, conteúdo e apropriação dos espaços livres públicos, tais como praças, parques, ruas. Suas configurações nada mais são que o símbolo da cultura e da ordem social existente.

Por outro lado, um entendimento do espaço livre público é possível mediante a apreensão das representações sociais dos cidadãos, uma vez que tais representações permitem entender como os sujeitos sociais se apropriam da história dando sentido a ela, modificando-a e redefinindo-a, porque dizem respeito à dimensão psicossocial na fabricação da história e construção da realidade social, envolvendo fenômenos simbólicos da vida cotidiana. As representações sociais são representações de um objeto, ou seja, ocupam o lugar de alguma coisa, re-apresentando alguma coisa (JODELET apud JOVCHELOVITCH, 2002, p 41).

A autora enfatiza a importância das representações sociais explicando que elas têm caráter referencial (porque é sempre uma referência de alguém para alguma coisa) e natureza social (porque provêm de uma cultura compartilhada).

Isto posto, o Lago Igapó na cidade de Londrina - PR mostrou-se um objeto de estudo de peculiar interesse, tendo em vista sua configuração espacial na malha urbana, sua situação geográfica estratégica no espaço urbano desta cidade brasileira, e seu uso, o qual se pode considerar intenso pelo número e diversidade de seus usuários nos

diferentes horários do dia e nos diferentes dias da semana, para práticas esportivas e de lazer, para diversão, para alimentação, como também, a busca de em obter uma melhor “qualidade de vida” etc.

Perante esta situação e determinada conjuntura, só nos resta abordar questões como: qual o perfil dos frequentadores do Lago? O que os tem levado a utilizá-lo? Qual a imagem que o Lago imprime, como é apreendido e percebido pelos seus frequentadores? Qual a relação entre a sua configuração espacial, sua utilização e a percepção dos usuários? Como e de que forma entender a apropriação ao redor do Lago Igapó pelas construções de alto poder aquisitivo que pertencem à maior parte por entes privados? Qual a relação existente e seu significado do verdadeiro uso do espaço livre público pelo privado neste espaço urbano?

Este ensaio procura apresentar uma análise dos principais fatos atuais perante a situação da produção dos espaços livres públicos, as práticas sócioespaciais nestes espaços, a relação entre a configuração espacial dos mesmos, as inúmeras formas de produção e apropriação do espaço urbano das cidades questionando o uso de um espaço livre público.

Londrina – Paraná - BR e o espaço livre público do Lago Igapó

A cidade de Londrina-PR localiza-se ao Norte do Estado do Paraná no sul do Brasil, ocupando uma área de 116,80 km² sendo que 102,54 km é o perímetro urbano (ELY, 1994, p.10). Londrina teve sua gênese em 1929, no contexto histórico da expansão cafeeira que se deslocava de São Paulo para o norte do Paraná.

A Companhia de Terras Norte do Paraná ficou incumbida de expandir e comercializar os lotes como também, a implantação de pequenos núcleos urbanos nesse momento no norte do estado do Paraná. Rapidamente a cidade de Londrina foi sendo inserida em uma dinâmica econômico-social ligada à pequena produção mercantil que implicaria no rápido e intenso crescimento populacional, físico-territorial e também na oferta de bens e serviços a sua população.

Quase em toda a década de 1930 se configura a construção dessa cidade, sendo que na década de 1940, por sua vez, ocorria a estruturação da área central, que assumia assim forte ritmo de desenvolvimento, crescendo além dos limites desenhados pela

Companhia de Terras Norte do Paraná-CNTP (PASSOS, 2007, p. 63). Mas foi em 1950 que se configurou como os “anos dourados” de Londrina, quando a cidade se expandiu.

Passos (2007) apresenta que as casas de madeira foram substituídas por casas de alvenaria, as ruas centrais foram pavimentadas e de uma forma muito cedo já, com o evidenciar das melhorias das condições econômicas e o fortalecimento da economia Londrinense, já se apresentavam algumas áreas que poderiam ser pensadas para o embelezamento e a utilização da população da cidade de Londrina.

O espaço livre público do Lago Igapó se localiza ao sul do sitio urbano da cidade de Londrina, no Norte do Paraná - Brasil, no Terceiro Planalto Paranaense, com altitudes que variam de 450 e 610 metros acima do nível do mar, possuindo um relevo suavemente ondulado e aplainado, com vertentes longas e ligeiramente convexas (ELY, 1994, p.18)³.

De acordo com perspectivas de Cabrera (1992), o espaço livre público do Lago Igapó foi criado em 1959, a partir do represamento do Ribeirão Cambé, cujo deste Ribeirão surgiram o Igapó I, o Igapó II e o Igapó III. O objetivo principal neste represamento foi à busca da ampliação das áreas de lazer e o embelezamento paisagístico da cidade de Londrina. O Lago Igapó de certo modo assume este papel até hoje, podemos aqui, deixar de elucidar que este lago, tem grande parte de sua lâmina de água coberta por plantas aquáticas, geralmente macrófitas.

Por estar localizado em área que existe a presença de imóveis com grande valor comercial, parte dessa área se apresentando com um novo visual, com mansões, chácaras e grandes estabelecimentos comerciais para atender ao público que utiliza estes bens e serviços. Sendo o Lago Igapó, área que atualmente vem atraindo grande número de pessoas, devido principalmente as possibilidades de lazer e relaxamento que oferece.

Evidenciamos que os grandes empreendimentos imobiliários se instalaram depois do processo de gentrificação e represamento do Ribeirão Cambé, deste modo, qual seria a relação da apropriação de uma área pública com grandes empreendimentos privados?

Cabrera (1992), nos apresenta que alguns órgãos públicos, fizeram inúmeras transformações e criaram nestas áreas ao redor destes Lagos para atrair ou despertar a

³ Segundo Petri e Fulfaro, citados por MENDONÇA (1992), geologicamente, o Terceiro Planalto faz parte da formação Serra Geral, que pertence ao grupo São Bento e é marcado por derrames e sills basálticos e andesitos do Jurássico Triássico da Era Mesozóica.

atenção da população Londrinense inúmeras benfeitorias, e até mesmo investimentos para promoções, políticas individuais. O Lago Igapó ganha, destarte, a partir da década de 1990 uma certa imagem para a população Londrinense que observa em seu espaço determinadas funções que são apreendidas no cotidiano. Espaço livre público com características de área de lazer, espaços valorizados para grandes incorporadoras imobiliárias e também para o uso de práticas esportivas pelos cidadãos londrinenses.

A presença de inúmeras funcionalidades são empreendidas no espaço em questão, tanto de caráter físico-social, quanto privado individual. Esta área fica bem marcada pelo discurso da prática do lazer e do “bem-estar” junto também da questão de se analisar a “Qualidade de Vida”.

Observamos que nas áreas do espaço livre público do Lago igapó tanto acerca das práticas sócioespaciais que estavam estabelecidas, quanto na relação entre a configuração espacial dos espaços públicos, e também na busca do entendimento das inúmeras formas de produção e apropriação do espaço urbano no Lago Igapó ocorrem uma enormidade de possibilidades de ações dos diferentes agentes e atores sociais urbanos no cotidiano.

Destarte, podemos conjecturar acerca das inúmeras relações de produção do espaço livre público do Lago Igapó juntamente com as impressões dos usuários perante o Lago Igapó, analisando que são praticamente indivíduos de classe média e média alta, quando analisado a característica socioeconômica no perfil dos usuários.

Também não podemos esquecer-nos da análise sobre o processo de apropriação que se deu neste espaço livre público pelos grandes empreendimentos privados, sendo eles casas, edifícios, etc, para com isso, compreender todo processo de uso e ocupação, produção e (re) produção do espaço livre do Lago Igapó na análise dessas diversas formas de apropriação do espaço livre público pelos agentes privados.

Tecendo algumas considerações finais

Sobre a análise das diferentes formas, usos e a apropriação do espaço livre público do Lago Igapó propomos e buscamos problematizar as inter-relações entre essas questões a partir do estudo desse espaço livre público na cidade de Londrina – Paraná - Brasil, que se apresenta em um exemplo de valorização dos espaços livres públicos,

visto que se caracteriza pelo uso intenso e diversificado perante a dinâmica de produção dos espaços livres urbanos na atualidade.

Com vistas à resposta a essas afirmações, propomos a análise sobre determinados aspectos da produção da cidade e do espaço livre público, as práticas sócioespaciais estabelecidas no Lago Igapó.

Desta forma, procurou-se colaborar para o debate sobre as articulações entre a produção e apropriação do espaço urbano, particularmente deste espaço livre público, buscando analisar e compreender o processo de uso do solo urbano onde se tem a presença da atuação de diversos agentes e atores sociais de produção no espaço livre público urbano. Agentes estes como, os usuários que praticam esportes, frequentam cotidianamente e fazem parte desta produção do espaço evidenciado. Incorporadores imobiliários que utilizam da “beleza visual” da paisagem do Lago Igapó para venderem e comercializarem empreendimentos estando estes, em áreas diferenciadas e únicas na cidade de Londrina – Paraná – Brasil.

Deste modo, buscamos analisar e ter uma breve compreensão sobre as diversas possibilidades de formas de apropriação e produção do espaço livre público por distintos entes sociais; e seus diferentes significados para a população Londrinense; o consumo do espaço livre público e no espaço livre público do Lago Igapó.

Porém, não esgotando todas as elucubrações perante a temática e sendo aqui, reiteradas as inúmeras possibilidades de leituras deste processo dinâmico de produção do espaço urbano para a sua (re) produção da vida social e da construção e manutenção dos tantos espaços livres públicos existentes na cidade contemporânea.

Referências Bibliográficas

CABRERA, Roberto Braz Aparecido. *Uso da terra e assoreamento, Lagos Igapó-Londrina/PR*. 1992. ---f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CALLAI, Helena Copetti. *Ciência & ambiente*. Rio Grande do Sul: Editora Nova, 1993.

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

_____. *Espaço e tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo C.C; CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 25-34.

ELY, Deise Fabiana. *Caracterização microclimática do Lago Igapó II e seu entorno, Londrina-PR*. 1994. ---f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GOMES, P. C. da Costa. *O silêncio nas cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão*. *Cidades*. Presidente Prudente, v. 2, n.42, 2005, p. 249-266.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HORA, Maria Lúcia Falconi da. *Produção X apropriação do espaço urbano: O papel exercido pelo Poder Público no processo de valorização de áreas urbanas. O exemplo do Jardim Caiçara e da Vila Mathilde Vieira em Presidente Prudente – SP*. 1991. ---f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Unesp - Presidente Prudente.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes,1991.

LIPAI, Alexandre Emílio. *Metrópole e as múltiplas dimensões do espaço público: Praça da Sé, São Paulo, Brasil*. Disponível em <: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp348.asp>> *Arquitexto* 68. Janeiro, 2006. Acesso em 05 de março de 2006.

MENDONÇA, F. A. *Geografia física: ciência humana?* São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

PASSOS, Viviane Rodrigues de Lima. *A verticalização de Londrina: 1970/2000 - a ação dos promotores imobiliários*. 2007. ---f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento)-UEL, Londrina-PR.

SANTOS FILHO, Raphael David. *Espaço urbano contemporâneo: as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano*. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp269.asp>>. *Arquitexto*, São Paulo, n. 55. Dezembro, 2004. Acesso em 05 de março de 2006.

SEABRA, O. C. de Lima. *Territórios do uso: cotidiano e modo devida*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004, p. 181-206.

SOBARZO, Oscar. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. 2005. ---f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 19, p. 93 – 111, 2006.